

menor sucesso da adopção, por via legislativa ou de negociação informal, de quotas por sexo.

Voltam-se, depois, para dentro e para o caso português. Recorrendo aos contributos das ciências sociais, propõem-nos que pensemos o problema da exclusão a partir do que se passa a montante ou ao lado do estrito campo político, isto é, que tenhamos em conta as condicionantes sociais deste *no women's land*. Apresentam-nos, sumariamente, os eixos fundamentais da mudança das posições das mulheres na sociedade portuguesa nas últimas décadas em campos diversos, como a família, a escola e o emprego. Se as mulheres entram, em força, em domínios tradicionalmente masculinos, a verdade é que o movimento de sentido inverso pouco se tem feito sentir, já que a lógica de acumulação (de actividades dentro e fora de casa) tem tido a primazia sobre a da substituição. O espaço doméstico continua a não ser um espaço misto e esta realidade estrutural, que não mudou, é transportada pelas mulheres para todas as suas esferas de actividade; constitui, sem dúvida, um pesado obstáculo à participação e um poderoso factor de auto-exclusão. A sua tradução em números é flagrante no caso português: desde 1974 e até à actualidade, a presença de mulheres nos governos constitucionais, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, nas listas partidárias, no elenco de filiados ou nos órgãos internos dos partidos é confrangedoramente baixa.

Num esforço de prospecção, os autores constroem, por último, dois cenários alternativos, pensando numa eventual aplicação da lei das quotas em Portugal. O cenário A corresponderia a uma «actuação avulsa», à utilização de quotas não acompanhada por outras medidas do foro social; o cenário B corresponderia a uma «actuação integrada», conjugada com medidas de apoio às famílias, de combate à discriminação informal no campo do trabalho, à conciliação entre vida profissional e vida familiar.

Este livro constitui, assim, um ponto de partida, uma primeira apresentação do estado da questão, em matéria de exclusão política das mulheres em Portugal. Inventaria fontes disponíveis e reúne uma utilíssima bibliografia, sistematiza uma preciosa informação estatística para o regime democrático (sobre composição de listas partidárias, de governos, de órgãos dos partidos políticos). E deixa, a todos o desafio para prosseguirem e aprofundarem este riquíssimo e ainda tão desconhecido campo de investigação.

ANA NUNES DE ALMEIDA

Vitor Neto, O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911), Lisboa, IN, col. «Análise Social», 1998 (619 páginas).

Vitor Neto está de parabéns pela envergadura da obra a que meteu ombros: nada menos do que as rela-

ções entre o Estado, a Igreja e a sociedade examinadas ao longo de quase um século de vigência da monarquia constitucional. Resultante de uma tese de doutoramento, a proeza é tanto mais de louvar quanto assenta, pela maior parte, num enorme esforço de investigação original, dado que escasseiam monografias elementares sobre quase todos os aspectos de um tema, sem dúvida, crucial para a história do século XIX português. Nas palavras do autor, o livro «equaciona a história do relacionamento entre o Estado e a instituição eclesiástica no quadro da subordinação da esfera espiritual ao braço secular». Neste quadro, natural e inevitavelmente perpassado de tensões e conflitos, a Igreja conservou, no entanto, uma relativa margem de autonomia e, nesta medida, «não pode ser vista como uma mera componente ideológica ao serviço do liberalismo» (mas alguém a vê meramente como tal?). Apesar disso, a Igreja «não deixou de contribuir para a formação de um consenso social em torno da monarquia constitucional».

Na parte I «A política eclesiástica», a análise incide principalmente sobre a dimensão político-institucional das relações entre o Estado e a Igreja, desde a recomposição dessas relações no rescaldo do cisma aberto pela ditadura de D. Pedro IV até ao estabelecimento do regime concordatário, acompanhando-se as vicissitudes por que aquelas relações depois passaram em virtude do «movimento de secularização» impulsionado na

segunda metade do século, até à ruptura consumada com a proclamação da lei republicana «de separação do Estado das Igrejas» (1911). A Parte II é dedicada à abordagem das «Ideologias», sem o estudo das quais a «dimensão institucional» da «história político-eclesiástica» não poderá ser entendida cabalmente: «tentaremos perceber agora as razões do conflito entre partidários e adversários do clero (secular e regular)» (p. 297). Nesta segunda parte tanto estão em causa a «dialéctica» entre clericalismo e anticlericalismo como a revivescência do catolicismo e da religiosidade popular ou ainda as contraditórias concepções católicas e (ou) ultramontanas sobre as relações entre o Estado e a Igreja ou o papel da religião na sociedade. Diz-nos o autor que «a oposição à classe eclesiástica sustentada por liberais, republicanos e socialistas evoluiu de acordo com contingências diversas e adquiriu novos ingredientes no decurso do tempo» (p. 297). Devo, no entanto, notar que nem a elucidação dessa evolução nem a identificação desses ingredientes me pareceram sempre muito claras.

No entanto, é sem dúvida certo que, beneficiando do muito terreno desbravado por esta utilíssima obra — que o próprio autor faz votos para que sirva «como estímulo para outras investigações que permitam alcançar a verdade [possível]» (p. 567) —, será certamente mais fácil desfazer algumas perplexidades que subsistem no final da leitura. Entre as mais evidentes, não posso deixar de referir as que resultam de uma persisten-

te indefinição do anticlericalismo oitocentista. Não só o fenómeno sofreu mudanças decisivas ao longo do tempo (relativas quer ao seu conteúdo ideológico, quer à sua expressão sociológica)¹, como existiram, em simultâneo, distintas correntes anticlericais, com traduções político-partidárias divergentes e conflituosas entre si². A este respeito, liberais e *radicais* não estavam menos divididos do que liberais e *neocatólicos* ou católicos ultramontanos. As azeidas e até violentas polémicas entre *O Português* e a *Revolução de Setembro*, por exemplo, espelham este tipo de antagonismos; um abismo separa as posições de Vicente Ferrer e Rodrigues Sampaio, ou de Lobo d'Ávila e Casal Ribeiro. Cite-se, a mero título de exemplo, que também a *Revolução de Setembro*, de impeccáveis pergaminhos liberais, reclamou vigorosamente a «liberdade de ensino», que os «ultramontanos» (p. 307) igualmente exigiram. Naturalmente, ao pressupor que uma indistinção prática e doutrinária do anticlericalismo republicano e liberal teria perdurado até aos anos 80, este aparente paradoxo não tem explicação³. Observe-se, de passagem, que

tanto a liberdade de cultos como a revogação do artigo 6.º da Carta Constitucional começaram a ser ruidosamente reivindicados desde finais da década de 50.

Acontece que também à direita as várias espécies de católicos não aparecem nitidamente identificadas e diferenciadas entre si. O que eram ou quem eram, afinal, os «católicos intransigentes» e os «católicos constitucionalistas»? O que os separava dos «liberais católicos» e dos «católicos liberais», uma vez que também estes pretenderam «conciliar a religião com o liberalismo» (p. 381)? E o que impediria o «movimento católico português», uma vez divorciado do legitimismo, de colaborar com o liberalismo? Onde residia a «intransigência»? Quem eram, afinal, os ultramontanos? Não haveria uma substancial diferença entre um Louis Veillot e um Félix Dupanloup⁴? E o que era exactamente que distinguia um Herculano de um Samodães? O primeiro era um zeloso defensor da «religião velha», daquela que pela Carta o Estado se obrigara a conservar, e da autonomia da Igreja lusitana. O segundo acusava os liberais — ecoando, aliás, o espanhol Doñoso Cortés⁵ — de terem

¹ V. Borges de Macedo, «O anticlericalismo em Portugal no séc. XIX», in *Communio*, n.º 5, 1985.

² M. Fátima Bonifácio, «A republicanização da monarquia», in *Apologia da História Política*, Lisboa, Quetzal, 1999.

³ Bem sei que o autor cita, em abono da sua periodização, a autoridade de Fernando Catroga: mas acontece que a evidência disponível a partir de 1858 não confirma essa periodização.

⁴ «Les républicains [...] ne se donnent pas la peine de distinguer entre les catholiques [...] Ils connaissent les catholiques tout court, et Pie IX, Mr. Dupanloup, les pèlerins, Veillot, Broglie, tous mis dans le même sac, sont malmenés ensemble.» (Daniel Halévy, *La République des ducs*, Paris, 1995, p. 18.)

⁵ M. Fátima Bonifácio, «Costa Cabral no contexto do doutrinário europeu», in *Análise Social*, n.ºs 123-124, 1993 (especialmente n.º 5.2, Doñoso Cortés).

aprendido as heréticas teorias regalistas na detestável escola do absolutismo. Que «classe dominante» era essa, afinal, que «a partir de 1880 [...] confrontada com os avanços do clericalismo e com uma contra-ofensiva da Igreja [...] procurou reforçar a política regalista» (p. 37)? Ou essa contra-ofensiva partiu da classe dominada?

Finalmente, a arquitectura do livro, separando em duas partes — é certo que para efeitos analíticos e expositivos — a dimensão política da dimensão ideológica, não facilita a apreensão de como o imbricamento de ambas no processo histórico concreto actuou logo a partir de 1858-1859 (e não apenas a partir da década de 70) como um motivo de contestação do regime pela esquerda *radical* e fonte perene de erosão da legitimidade da monarquia.

Estas e outras críticas que podem ser feitas ao livro de Vítor Neto não devem, no entanto, obscurecer os seus méritos. Raros ou raríssimos são os domínios da história do século XIX em que o investigador disponha — como a partir de agora passa a dispor neste caso — de tão vasta e sólida informação organizada. A partir desta versão das relações entre o Estado, a Igreja e a sociedade durante a monarquia constitucional, quem quiser aprofundar aspectos particulares ou explorar outras hipóteses de trabalho já poderá dar-se ao luxo de apenas proceder selectivamente: o quadro geral e a informação básica ficaram disponibilizados com a publicação deste trabalho.

MARIA DE FÁTIMA BONIFÁCIO